

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento nº de 2011

(Do Sr. Domingos Dutra)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública, conjunta, das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater acerca das ameaças de morte, tentativas e assassinatos à membros do Poder Judiciário e Legislativo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do RICD, a realização de Reunião de Audiência Pública, conjunta, das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater acerca das ameaças de morte à membros do Poder Judiciário convidando o Diretor da Secretaria de Segurança Nacional dos Magistrados da Associação dos Magistrados do Brasil, juiz Getúlio Corrêa, Presidente da Associação Nacional de Desembargadores – Exmo. Desembargador Luiz Eduardo Guimarães Rabello, Presidente da CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Procurador-Geral da República – César Bechara Nader, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – Exmo. Sr. Henrique Nelson Calandra, a Exma. Ministra Eliana Calmon e o Exmo. Sr. Juiz. Roberto Veloso.

JUSTIFICATIVA

Os magistrados do Brasil têm sido alvos constantes de ameaças, tentativas e assassinatos com o escopo de impedir a imparcialidade e a independência de julgamento. Pressionados, juízes brasileiros, enfrentam dificuldades para atuar contra o crime organizado.

As intimidações e ameaças contra a vida são direcionadas à profissionais da área criminal, membros das varas de família, delegados, promotores públicos, delegados e membros do poder judiciário e legislativo.

O Conselho Seccional da OAB do Maranhão se manifestou nesta terça-feira (16/08), emitindo uma Nota Oficial de repúdio aos atos criminosos que resultaram no homicídio da juíza Patrícia Acioli, morta na madrugada da sexta-feira passada, quando acabava de chegar em casa, em Piratininga, Niterói (RJ). A nota cita dados divulgados

pelo Conselho Nacional de Justiça, que denunciavam a existência de 24 (vinte e quatro) juízes e juízas ameaçadas só no estado do Maranhão.

No Paraná, 30 magistrados têm sido ameaçados e sete deles correm perigo de morte iminente.

O número representa 14% dos 219 juízes criminais do estado. A informação foi revelada com exclusividade para a Gazeta do Povo pelo desembargador João Kopytowski, que desenvolve um estudo desde o ano passado para propor melhorias na segurança do Judiciário paranaense.

Além das ameaças pessoais, que colocam em risco inclusive familiares dos magistrados, os fóruns do Paraná estão quase todos vulneráveis. Segundo o desembargador, apenas 19,2% dos fóruns do estado tinham segurança de policiais até o fim do ano passado. Não bastasse isso, menos de 60% das unidades judiciárias têm segurança patrimonial. Entre os exemplos citados pelo desembargador estão episódios recentes que ficaram sob sigilo, que quase sempre cerca os acontecimentos da Justiça do estado.

Outro caso recente, ocorreu no fim do ano passado a Vara de Execuções Penais (VEP) de Curitiba, foi pauta de uma reunião da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em um estado vizinho. No tal encontro dos criminosos, teria sido definido que a VEP seria alvo de rajadas de metralhadoras e um juiz e dois promotores seriam mortos. Segundo Kopytowski, a Polícia Federal alertou a Justiça paranaense antes de o crime se concretizar.

Em outro caso, um estagiário de Direito foi preso após furtar 46 armas do fórum de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. O estudante teria vendido as armas para integrantes do PCC que passaram pelas penitenciárias de Piraquara. Essas informações foram reveladas durante o 1.º Encontro Estadual dos Magistrados Criminais, ocorrido no fim de março.

“Por mais firmeza e independência que o juiz tenha, ele não consegue trabalhar direito [sob ameaças]”, explica Kopytowski. A falta de segurança de juízes, fóruns e funcionários tem sido tão preocupante que o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou há um ano que os tribunais implantassem políticas para melhorar a segurança do Judiciário nacional.

Esta Comissão que tem se dedicado a tutela dos direitos das populações marginalizadas e despossuídas, tem o dever de chamar para si a discussão e a defesa da independência da magistratura e ministério público brasileiro, vítima do crime organizado mediante assassinatos, tentativas ameaças e coação.

Sala das Comissões, de março de 2011.

Justiça se faz na luta!

DOMINGOS DUTRA
Deputado Federal PT/MA